

AM

F 622

Museu



Estado do Amazonas

Prefeitura Municipal de Manaus

da

cidade

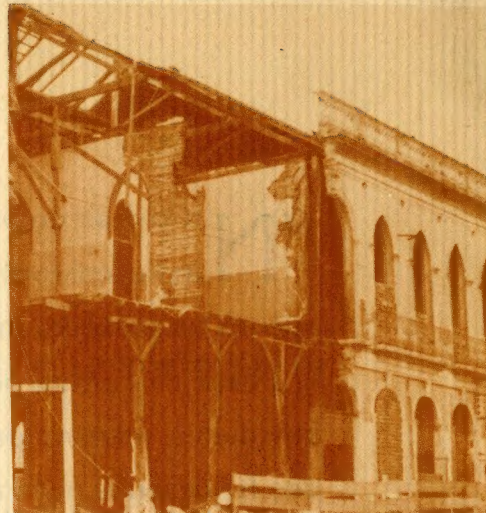
de



manaus

**Agradecemos a todos que
com trabalho, dedicação e
esforço, contribuíram na
construção desta casa.**

I. G. H. A.
PROTOCOLO
Entrada nº <u>279</u> /
Data <u>12</u> / <u>03</u> / 19 <u>86</u>
<u>99</u>
FUNCIÓARIO(A)



Casa Havaneza

Novidades em chapéus nacionais e estrangeiros.

Recebeu a Casa Havaneza
Dá-se prémios a todos os freguezes.

Rua da Instalação

10 v.



DE
J. VAZ DA COSTA & SOARES

11—RUA DA INSTALAÇÃO—11

CAIXA NO CORREIO N. 42—TELEPHONE N. 99

Permanente deposito de charutos, cigarros, palhas, papel, fumos, tabaco do Acará, phosphoros, cachimbos, pileiras e bolsas etc.

Unicos importadores dos afamados charutos da fabrica Bahiana—VICTORIA—

Especialistas em artigos para homens

Completo sortimento de miudezas. Gravatas, Perfumarias, artigos de phantasia, objectos de luxo para presentes etc.

Camisaria e Chapclaria

BRINQUEDOS PARA CRIANÇAS

Preços sem competencia

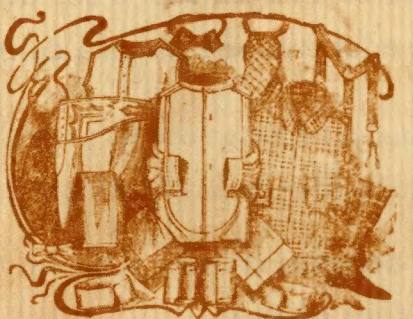
Casa Havaneza

Tem sempre grande sortimento de artigos finos para homens e vende por preços baratissimos.

Dá-se prémios a todos os freguezes.

RUA DA INSTALAÇÃO

(13 v.)



Museu da Cidade de Manaus

8M
F 622

Prefácio

“**N**a defesa do patrimônio móvel do país o Museu se projeta como fator indispensável, repositório de seus valores culturais e naturais, que não apenas os preserva mas os recolhe, classifica, coleciona, expõe e divulga. É a casa de cultura por excelência, aberta à comunidade, em que todo setor de atividades, aspecto da história política, social e intelectual, ou manifestação dos fenômenos naturais podem ser focalizados e analisados, valendo-se, quando necessário, de gráficos, mapas, fotografias, moldagens e filmes para esclarecer o assunto desenvolvido através de peças originais.

A qualidade de um Museu regional e sua ação independem do seu tamanho. O que realmente conta é o zelo que as autoridades tenham por ele”.

De há muito, contristadamente, observamos a inexistência de um Museu em nossa cidade que preservasse a “memória” da outrora Cidade Sorriso, o seu apogeu representado pela época áurea da borracha, o seu declínio quando, por diversos fatores que não nos cabe aqui enfocar, vimos a derrocada do eldorado.

Os tempos passaram e, apesar de decretos criando o Museu Municipal, a idéia não foi avante, não sabemos por quais motivos.

Quando aceitei a espinhosa missão de governar Manaus, coloquei a criação do Museu da Cidade como prioridade maior de meu governo. Não sou amazonense nato, mas por opção, pois aqui, em minha juventude, fixei residência e passei a amar esta Manaus como minha terra natal, vibrando com seu progresso e sofrendo com os seus revezes.

Foi sempre um sonho do povo estudioso, a criação do Museu; foi sempre motivo de tristeza a sua ausência na vida cultural da cidade.

Arregaçamos as mangas, contamos os poucos recursos do erário Municipal e, hoje, com a colaboração de entidades culturais e governamentais o Museu da Cidade é uma realidade. Não está completo — seria uma descabida pretensão nossa assim imaginá-lo. Talvez, seja um dos mais pobres museus de nosso país mas é, também, o embrião mais rico, pois foi feito com muito amor.

Queremos que o hoje pequeno Museu da Cidade sirva de depositário das nossas tradições, da nossa cultura, da nossa arte; queremos que todos os homens, mulheres e crianças de nossa Manaus vejam o Museu como coisa sua, colaborando para o enriquecimento de seu acervo ainda tão pobre, zelando com carinho para que o Museu da Cidade seja realmente, a casa onde está contada a História de Manaus.

Cumprimos nosso dever e temos certeza de que os futuros Prefeitos de nossa Metrópole darão prosseguimento à obra iniciada!

JOÃO DE MENDONÇA FURTADO
Prefeito de Manaus

O Prédio do Museu

Situado na esquina da antiga “Travessa da Imperatriz” com a atual rua Frei José dos Inocentes, o prédio onde hoje funciona o Museu da Cidade, tinha como vizinha, a antiga casa onde foi instalada a província do Amazonas em 01 de janeiro de 1852, passando então, a “Travessa da Imperatriz” a chamar-se “Rua da Instalação da Província”, atualmente conhecida como rua da Instalação.

Nada sabemos, ainda, quanto ao seu primeiro proprietário e, mesmo quanto a data de sua construção provavelmente na década de 80 do século passado, se levarmos em conta o aparecimento dos anúncios dos estabelecimentos comerciais que nele funcionaram, conforme jornais de época, revistas, almanaques, etc...



*Prédio do Museu da
Cidade, no início do século*

MAURÍCIO ELIAS CALDAS
Diretor do Museu



Av. Eduardo Ribeiro, no início do século

Outro dado importante, que despertou nossa atenção durante as pesquisas iniciais, foram as letras F e L, unidas por um símbolo gráfico semelhante a um X, gravadas no frontão que encima a fachada principal do prédio. Pelo que tudo indica, podem ser as iniciais do primitivo proprietário do imóvel; como era de costume se colocar, mas a falta de documentos originais tais como: registro de imóvel, plantas, etc. dificulta um pouco este tipo de pesquisa.

Com o passar dos anos, o crescimento urbano foi dando outra forma à cidade, mudando sua imagem e a imagem de seus prédios.



Com a Lei n.º 1616 de 17 de junho de 1982, o Prefeito João de Mendonça Furtado, cria o Museu da Cidade, tomando desde então, todas as providências para aquisição do prédio, sua adaptação para que nele viesse a ser instalada a mais recente casa de cultura do nosso Município.





a mostra



inaugural



Com este trabalho pretendemos atingir uma meta importante, configurada na possibilidade de contribuírmos para o levantamento, análise e divulgação de alguns pontos importantes dentro da evolução histórica e cultural de Manaus.

Sem dúvida, é um trabalho planejado e organizado segundo modelo pouco comum para a área museológica, principalmente se levarmos em conta o fato de não possuírmos uma coleção de objetos, digna de ilustrar o assunto proposto.

Por outro lado, essa ausência de acervo; seja numa Exposição Temporária ou Permanente, não significa a inexistência ou a não validade do nosso Museu. Muito pelo contrário. O que realmente importa é a seriedade com a qual todo o trabalho é encarado e executado.

Quase todos os Museus do mundo, utilizam a fotografia, como elemento complementar à um conjunto de peças, organizadas sistematicamente, de modo a ilustrar um tema ou assunto em questão.


Nesta Exposição, o que ocorre é praticamente o inverso. As reproduções de fotografias de Manaus Antiga, expostas paralelamente com fotografias de cenas atuais de nossa cidade, são complementadas por uns poucos objetos, conseguidos através do esforço e colaboração de alguns, cuja grandeza de ação, de muito nos valeu e a quem expressamos nossos maiores protestos de gratidão.

Bernardino de Carvalho

A memória social dos primevos de Manaus ainda é desconhecida. Até agora, não se tem disponível nenhuma fonte primária autêntica, resgatada de códice colonial e acervo arquivado, que revele o seu mais remoto processo de formação gentílica. Ignora-se onde e exatamente quando começou.

A atribuição de que Manaus remonta ao ano de 1669, ao arraial do Forte de São José da Barra do Rio Negro, que teria sido construído naquele ano pelo Capitão Francisco da Mota Falcão e por seu filho Manoel da Costa Siqueira, não tem sustentação histórica, falece de comprovação na cronologia historiográfica do rio Negro. É fato constatado de que em 1669 não se construiu nenhuma fortificação no sítio indicado — três léguas acima da confluência do rio Negro com o rio Amazonas — e nem há referência testemunhal de que, á época, por aqui andasse o mencionado Mota Falcão com a incumbência oficial de erigir fortificação nas proximidades daquela confluência.





Por aquele tempo, 1668/1669, o que se tem por veraz e autêntico é que o Capitão Pedro da Costa Favela e o mercedário Frei Teodósio de Viegas chegaram em missão escravista ao Tarumã e fundaram uma aldeia — primeira povoação no rio Negro. Este fato tem registro no Diário do Ouvidor Sampaio — 1774/1775 (Lisboa, 1825), onde também se inclui a referência de que o Governador do Grão-Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, “mandou edificar a fortaleza da barra deste rio por Francisco da Mota Falcão, e foi o seu primeiro comandante Angelico de Barros” (pgfs. 297/298, pg. 89). Não fez Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio referência expressa ao ano de 1669 como data anual da construção, estribando-se para os registros em tópicos dos Anais Históricos de Berredo, cujo autor é omissos no que pertine à data da construção da dita fortaleza (Bernardo Pereira Berredo, Anais Históricos, 1.^a ed., Lisboa, 1749).

Mais tarde, em 1684, tem-se como documental básico um Alvará concedido a Francisco da Mota Falcão para a construção de quatro fortalezas na Amazônia: em Santarém, Paru, Pauxís (Óbidos) e Barra. Em março de 1685, Falcão de Lisboa para São Luis do Maranhão em companhia do Governador Gomes Freire de Andrade, que, em maio, assumiria o Governo do Maranhão e Grão-Pará, vencida a sedição de Bequimão, aliás, dos irmãos Manoel e Tomaz Bequimão. Nos anos de 1668/1669 não estaria Falcão no Lugar da Barra em tarefas de construção; mais provavelmente, pelos anos de 1689/1690 é que ele cuidaria da sua missão de ordem militar, sob a invocação de Jesús, Maria e José.



Ruínas de Fortaleza de São José do Rio negro.

Rodolfo Garcia, na introdução ao Diário do padre Samuel Fritz coloca em rodapé a nota XLVII: “Esta fortaleza foi começada e edificada em 1689 por Francisco da Mota Falcão, e concluída, à custa própria, em 1697, por seu filho Manuel da Mota de Sequeira, que dela foi nomeado governador”. (Samuel Fritz: Diário da Descida do Padre Samuel Fritz, missionário da coroa de Castela no rio Marañon, desde São Joaquim dos Omaguas até a cidade do Grão-Pará, no ano de 1689; e volta do mesmo padre desde a dita cidade até a aldeia de laguna, cabeça das missões de Mainas, no ano de 1691. Original do Diário nos arquivos do-Colégio de Quito — Companhia de Jesús. Rev. IHGB, 1918, t. 81, 397-455).

A melhor locação para a fortaleza não seria o sítio conhecido por Lugar da Barra, pois em 1783 o Capitão-General João Pereira Caldas, Comissário geral das Demarcações dos domínios luso-castelhano na área, proporia ao Ministro Martinho de Melo e Castro, de Ultramar, a mudança da fortaleza da Barra, já em ruínas, para um outro sítio, fronteiro à confluência dos rios Negro-Amazonas (AHU, Lisboa, Docs. da Caixa de Avulsos do Rio negro, 1783/1785).

Criada a Capitania de São José do Rio Negro, por carta régia de 3 de março de 1755, nomeado primeiro governador o sobrinho de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas, com carta-patente de coronel, estabelecida a sede capitania na aldeia carmelita de Mariuá erigida em vila, que serviria de quartel-general para a Comissão Demarcadora de Limites (decorrência do Tratado de Madri de 1750), chefiada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o Lugar da Barra e a fortaleza não tiveram nenhuma importância social e política, secundarizadas em face da vila de Mariuá (Barcelos). Somente na administração do Governador Manuel da Gama Lobo D’Almada o Lugar da Barra



ascenderia à categoria de sede da Capitania (1791-1792), embora D'Almada não contasse com a aprovação do Governador do Estado do Grão-Pará, ao qual se subordinava, para a efetivação da mudança, que foi de sua inteira responsabilidade política, dado que tinha instruções, na qualidade de demarcador de fronteiras, para estabelecer a sede da Capitania onde quisesse e fosse do melhor proveito para os seus serviços.

Então, o povoado da Barra era bem pequeno, com população de apenas umas trezentas pessoas, a maioria de lavradores de algodão, café, tabaco, milho, culturas de subsistência. Como sede capitanial, porém, a Barra ganharia perspectiva de prosperidade social e econômica, tendo Lobo D'Almada empreendido importantes projetos de desenvolvimento.

Entretanto, perderia a Barra o seu status-político-administrativo: a carta régia de 2 de agosto de 1798, sem dúvida produto de influência do Governador Souza Coutinho, obrigou Lobo D'Almada a trasladar a sede da Capitania, de volta, para Barcelos, o que cumpriria, mesmo contrariado, em maio de 1799. Em consequência da perda do seu status, tornou-se inevitável a decadência do Lugar da Barra.



Tenreiro Aranha
Fundador da Província do Amazonas

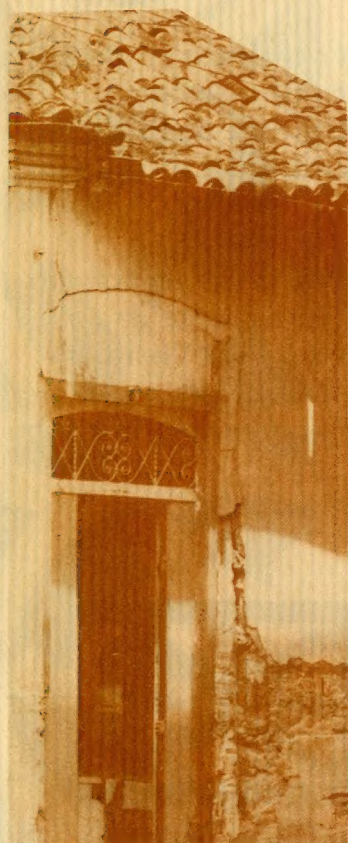
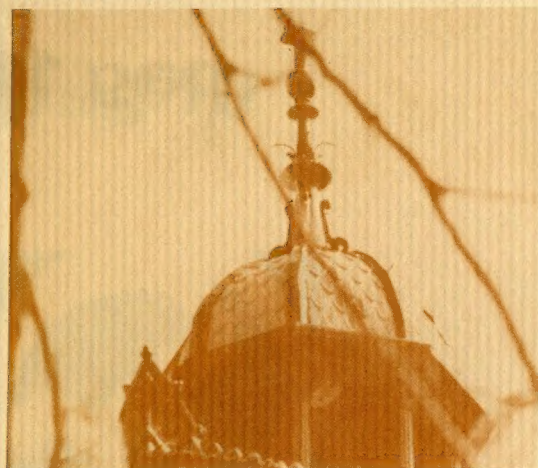
O tempo passou, e, em outubro de 1807, o Governador da Capitania, José Joaquim Vitório da Costa, deixaria Barcelos, transferindo-se para o Lugar da Barra, que, a partir de 29 de março de 1808, e já então definitiva e irreversivelmente, voltaria a ser sede da Capitania de São José do Rio Negro, sem mais nenhum. Coutinho do Grão-Pará a perturbar o crescimento do Lugar, raiz primitiva de Manaus.

Quarenta e dois anos depois, o Lugar da Barra, em pleno desenvolvimento urbano, a Comarca do Alto Amazonas, que institucionalmente evoluíra da Capitania, seria elevada à categoria de Província do Amazonas pela Lei Imperial n.º 582, de 5 de setembro de 1850, tornando-se capital (art. 2.º) a Vila da Barra do Rio Negro, vila, aliás, que já havia assumido foros de cidade, cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro.

A instalação provincial ocorreu a 1.º de janeiro de 1852, tomando posse como presidente o Sr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, nomeado para o cargo a 7 de junho de 1851.

A 4 de setembro de 1856, já no decurso do terceiro governo, sendo presidente da Província o Sr. João Pedro Dias Vieira, a cidade da Barra passaria a denominar-se Manaus, topônimo que homenagearia a tribo guerreira dos Manaus.





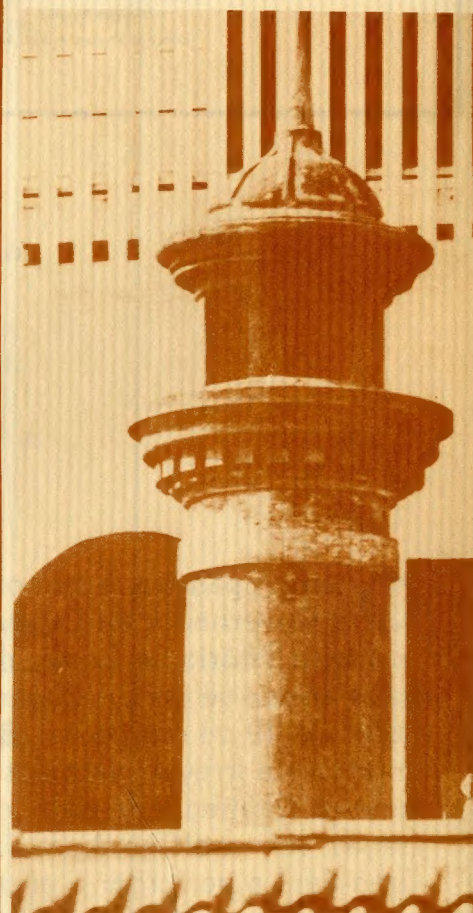
Preços resumidos.

PHOTOGRAPHIA
ALLEMA



De
G. Huebner & Amaral
AVENIDA
EDUARDO RIBEIRO-23
MANAUS
AMAZONAS

Especialidade: retratos a crayon

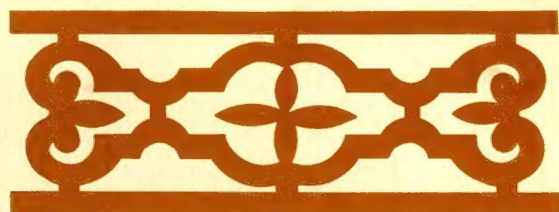




Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Manaus



*Ponte metálica do Igarapé da Cachoeirinha,
no início do século — arquivo CEDEAM.*



Museu da Cidade de Manaus



Museu da Cidade de Manaus

Serraria Morais
Madeiras em Geral
Av. Leopoldo Pérez Fone: 234-2175
Manaus — Amazonas

Cortesia:

R. Azevedo Cruz & Cia Ltda
Terraplanagem e pavimentação
Rua Terezinha, 64 — Adrianópolis
Manaus — Amazonas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: acervodigitalsec@gmail.com

